



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUI

Apêndice Nº 6/2026 - TRE/PRESI/DG/SAOF/COAAD/SEAPT/ASSEAPT

APÊNDICE IV

POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE

EXIGÊNCIAS GERAIS (aplicadas a todas as contratações)

I. RESPEITO À LEGISLAÇÃO BÁSICA SOBRE SUSTENTABILIDADE:

Os fornecedores de bens e serviços devem observar os critérios definidos na legislação vigente e em outros instrumentos de boas práticas de contratações sustentáveis, especialmente:

1. Constituição Federal, art. 225: Garante o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e impõe deveres à coletividade e ao poder público;

2. Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos): Estabelece o princípio do desenvolvimento nacional sustentável como diretriz das contratações públicas;

a. Decreto 7.746/2012: Critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações públicas (ainda aplicáveis à Lei 14.133/2021);

b. Instrução Normativa SLTI/MPOG 1/2010: Critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal (acolhida pela Lei 14.133/2021);

c. Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, da CGU;

3. Lei 12.305/2010: Política Nacional de Resíduos Sólidos;

a. Decreto 10.240/2020: Regulamenta o sistema de logística reversa de produtos eletroeletrônicos e seus componentes;

b. Decreto 10.936/2022: Regulamenta a Política Nacional de Resíduos Sólidos;

4. Lei 6.938/1981: Política Nacional do Meio Ambiente (Licenciamento Ambiental);

a. Decreto 99.274/1990: Regulamento da Lei 6.938/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente);

5. Lei 9.605/1998 (Lei dos Crimes Ambientais): Sanções penais e administrativas por atos lesivos ao meio ambiente;

6. Decreto 6.514/2008: Infrações e sanções administrativas ambientais e processo de apuração;

7. Decreto Estadual (Piauí) 20498/2022: Diretrizes para a implementação do sistema de logística reversa de embalagens;

8. Resolução CNJ 400/2021: Política de sustentabilidade do Poder Judiciário;

9. Portaria Presidência TRE-PI 683/2021: Instituição do Plano de Logística Sustentável 2021-2026 do TRE-PI;

II. CRITÉRIOS E PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS: Todos os serviços contratados e produtos, peças e componentes que vierem a ser adquiridos ou utilizados/fornecidos em prestação de serviços devem observar, em sua composição e no processo produtivo (Decreto 7.746/2012, art. 4º):

1. baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
2. preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
3. maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
4. maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
5. maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
6. uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
7. origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e
8. utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

III. CONSTITUIÇÃO E PROCESSO PRODUTIVO: Todos os produtos, peças e componentes que vierem a ser adquiridos e/ou utilizados e fornecidos em prestação dos serviços (IN 1/2010 – SLTI/MPOG, art. 5º, I, II e IV)

1. devem ser constituídos, preferencialmente, no todo ou em parte, por material reciclado ou reciclável, atóxico, biodegradável e/ou de fontes renováveis conforme as Normas Técnicas da ABNT NBR 15448-1 e 15448-2;
2. devem observar os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
3. não podem conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances ), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDES).

IV. EMBALAGENS: Os bens devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagens individuais adequadas (IN 1/2010 – SLTI/MPOG, art. 5º, III):

1. com o menor volume possível;

2. produzidas com materiais recicláveis/reciclados, como papelão ou plástico à base de etanol de cana-de-açúcar;
3. que garantam a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e
4. que sejam objeto de logística reversa.

## EXIGÊNCIAS ESPECÍFICAS DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

### I. RESPEITO À LEGISLAÇÃO TÉCNICA DO OBJETO CONTRATADO

1. Base Legal/Normativa: Os produtos, serviços e procedimentos incluídos na contratação deverão observar a seguinte legislação obrigatória:

a. Para os mensageiros motorizados:

a.1 Lei Federal nº 12.009/2009: É a base jurídica que regulamenta a profissão de motoboy e mototáxi em todo o país comprovação de CNH categoria A; proibição de transporte de substâncias perigosas;

a.2 NR 16 e CCT 2025/2025 – Asseio e Conservação do Piauí, estabelece adicional de periculosidade em 30%;

a.3 Resolução CONTRAN nº 943/2022: Consolida as normas de segurança para o transporte remunerado de mercadorias (motofrete) e passageiros (mototáxi), incluindo:

Ø Para o profissional:

- Idade Mínima: Ter pelo menos 21 anos completos.
- Habilitação: Possuir CNH na categoria A há pelo menos dois anos.
- Curso Especializado: Aprovação em curso de formação específico para motofrete, com carga horária de 30 horas-aula, que deve ser renovado periodicamente.
- Equipamento de Proteção: Uso obrigatório de colete de segurança com faixas retrorrefletivas para aumentar a visibilidade no trânsito; capacete; joelheira; luvas e botas.

Ø Para a motocicleta:

- Protetor de Motor (Mata-Cachorro): Deve ser fixado no chassi da moto para proteger as pernas do condutor em quedas.
- Antena Corta-Pipa: Dispositivo essencial para evitar acidentes com linhas de cerol ou linhas chilenas.
- Baú e Carga: O transporte de mercadorias deve respeitar os limites de carga e as dimensões do baú/grelha estabelecidos pelo CONTRAN. É proibido o transporte de combustíveis ou produtos inflamáveis, exceto gás de cozinha ou água mineral via sidecar.

b. Para os motoristas:

b.1 Lei nº 13.103/2015 (Atualizada): Define jornada de trabalho, tempos de direção e intervalos:

- Tempo de direção: Proibido dirigir por mais de 5 horas e meia ininterruptas.
- Intervalos: Obrigatório descanso de 30 minutos a cada 5 horas e meia de direção.
- Descanso diário: Garantia de 11 horas de descanso dentro de 24 horas, permitindo fracionamento, com mínimo de 8 horas ininterruptas.

· Descanso semanal: Repouso obrigatório de 24 horas a cada 7 dias de trabalho.

b.2 Lei nº 14.599/2023 Exame Toxicológico Obrigatório: para motoristas das categorias C, D e E, com necessidade de renovação periódica (geralmente a cada 2 anos e meio) para garantir a aptidão física e mental

b.3 NR-11 (Movimentação de Cargas): Estabelece requisitos de segurança para transporte, armazenamento e manuseio de materiais, aplicável ao motorista no carregamento e descarregamento

b.4 NR-11 - Transporte e Movimentação de Materiais: É a norma principal para o setor de logística e transporte rodoviário, garantindo a segurança na movimentação, armazenamento e transporte de cargas. Exige treinamento específico e sinalização da capacidade de carga nos equipamentos.

b.5 NR-16 - Atividades e Operações Perigosas: Regulamenta o adicional de periculosidade para motoristas que transportam cargas perigosas (inflamáveis, explosivos, radioativos, etc.).

b.6 NR-12 - Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos: Estabelece requisitos para a prevenção de acidentes no uso de equipamentos de transporte.

b.7 NR-17 - Ergonomia: Visa adaptar as condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores, o que inclui o conforto do motorista.

b.8 NR-24 - Condições Sanitárias e de Conforto: Trata das condições na cabine e locais de parada, sendo relevante para o bem-estar do motorista

c. Para o jornalista:

c.1 O Decreto-Lei 972/69 e o Decreto 83.284/79 regulamentam a profissão de jornalista no Brasil;

c.2 O Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014) e a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei nº 13.709/2018) estabelecem as regras para proteção de dados, essenciais para o sigilo da fonte e segurança dos dados coletados.

c.3 O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, fiscalizado pela FENAJ, define normas de conduta que visam proteger a credibilidade e a segurança dos profissionais.

d. Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD): Protege os direitos fundamentais à liberdade e à privacidade;

2. Além dos requisitos para o Termo de Referência a futura contratada deverá observar:

a. Cumprimento Integral da Legislação: A empresa vencedora deverá apresentar declaração, sob as penas da lei, de que observa toda a legislação técnica relacionada ao objeto, especialmente a base legal acima relacionada.

## II. PRÁTICAS AMBIENTAIS NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

1. Base Legal/Normativa: Toda a legislação básica sobre sustentabilidade contida no tópico “Exigências Gerais” (aplicadas a todas as contratações).

## 2. Requisitos para o Termo de Referência:

a. Termo de Compromisso Ambiental: A empresa vencedora se comprometerá formalmente a:

i. executar a destinação ambientalmente adequada de todos os resíduos comuns e eletroeletrônicos gerados, em conformidade com a PNRS e com os Decretos federais vigentes;

ii. adotar práticas de economia no uso de água e energia;

iii. optar por produtos com materiais recicláveis;

iv. optar por produtos de baixo consumo ou energia renovável, como fontes com selo Procel eficiência A ou com certificação energética;

v. estabelecer medidas de controle no uso de fluidos, lubrificantes ou outros agentes que possam contaminar o solo e a água.

b. Descarte e Logística Reversa:

i. Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS): A contratada deverá apresentar, antes da primeira execução dos serviços, um PGRS, contendo:

1. Classificação dos resíduos sólidos em eletroeletrônicos (REEE) e comuns (como embalagens, EPIs usados, materiais contaminados etc.);

2. Fluxo de separação, coleta, armazenamento, transporte e destinação adequada de resíduos sólidos, conforme previsto na legislação ambiental (Ibama e lei estadual/municipal).

## III. EFICIÊNCIA E QUALIDADE DOS COMPONENTES

### 1. Base Legal/Normativa:

a. Lei 14.133/2021 (NLLC), Arts. 40 e 41: Para atender os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança do objeto da contratação, o detalhamento do objeto deve atender ao princípio da padronização e observar as especificações estéticas, técnicas e/ou de desempenho dos bens.

## IV. SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO (SST)

### 1. Base Legal/Normativa:

a. Normas Regulamentadoras (NRs) do Ministério do Trabalho e Emprego:

i. NR-01: diretrizes e os requisitos para o gerenciamento de riscos ocupacionais e as medidas de prevenção em Segurança e Saúde no Trabalho - SST.

ii. NR-06: obrigações sobre o fornecimento e uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI).

iii. NR-09: avaliação e controle das exposições ocupacionais a agentes físicos, químicos e biológicos

iv. NR-10: requisitos de segurança em instalações e serviços em eletricidade.

b. Consolidação das Leis do Trabalho (CLT): Dispõe sobre a proteção ao trabalhador, saúde e segurança no ambiente laboral.

## 2. Requisitos para o Termo de Referência:

a. Declaração de Conformidade: as licitantes devem expressamente reconhecer e assumir a conformidade dos serviços com as Normas Regulamentadoras/MTE aplicáveis;

b. Comprovação de Treinamento: A licitante vencedora deve apresentar certificado válido de capacitação de todos os trabalhadores designados para executar atividades em instalações elétricas, conforme a NR-10, e, quando aplicável, deverá ser comprovado também treinamento em NR-35, para trabalho em altura.

c. Equipamentos de Proteção Individual e Coletivo (EPIs/EPCs): A contratada deverá fornecer, manter e fiscalizar, quando cabível, o uso de luvas isolantes; capacetes de proteção; calçados de segurança; e vestimentas adequadas ao risco elétrico, com Certificado de Aprovação (CA) válido, emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), quando cabível.

d. Condições adequadas de trabalho: A contratada deverá garantir condições de trabalho que incluem:

i. Pausas regulares durante serviços prolongados;

ii. Disponibilização de água potável e local de descanso;

iii. Ergonomia no transporte e manuseio de equipamentos.

Em 26 de março de 2026.



Documento assinado eletronicamente por **Roberto de Amorim Coelho**, Analista Judiciário, em 26/03/2026, às 09:25, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0002678403** e o código CRC **6CC91FFA**.

0000838-81.2026.6.18.8000

0002678403v2



--